



**ACÓRDÃO Nº544/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11729/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Gilberto de Andrade Gouvea (Gestor), Marcus James Frota Lobato (Gestor), Domingos Sávio de Souza (Ordenador de Despesa) e Lindomar Gonçalves de Vasconcelos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2956/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade dos **Srs. Gilberto de Andrade Gouvea**, (gestor no período de 12.01.2015 a 01.10.2015), **Marcus James Frota Lobato** (gestor no período de 01.10.2015 a 31.12.2015), **Domingos Sávio de Souza** (ordenador de despesas entre 12.01.2015 e 01.10.2015) e **Lindomar Gonçalves de Vasconcelos** (ordenador de despesas entre 01.10.2015 e 31.12.2015), nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Determinar que seja dada quitação aos responsáveis**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar** à atual administração da PMAM que adote providências no sentido de criar a Unidade de Controle Interno, em cumprimento ao art. 44, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica-TCE/AM) c/c o art. 74 da CF/1988, conforme análises das restrições dispostas nos itens do Relatório Conclusivo da DICAD/AM, direcionadas à ausência de



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº544/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

controle interno;

- 10.4. Determinar** , por fim, o arquivamento do presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Julho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral